## **COMISSÃO DE CULTURA**

# PROJETO DE LEI Nº 3.820, DE 2021

Apensado: PL nº 2.530/2020

Institui o Livro dos Heróis e Heroínas da Pandemia de Covid-19.

Autor: SENADO FEDERAL - CPI DA

**PANDEMIA** 

Relatora: Deputada LÍDICE DA MATA

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.820, de 2021, de autoria da CPI da Pandemia, do Senado Federal, institui o Livro dos Heróis e Heroínas da Pandemia de Covid-19. A referida proposição é composta de três artigos. O primeiro institui o Livro de Heróis e Heroínas da Pandemia de covid-19, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, Brasília. O segundo prevê inscrição perpétua, no Livro, em homenagem a todos os profissionais de saúde que, com dedicação e heroísmo, atuaram no enfrentamento da covid-19 no Brasil. O terceiro é a cláusula de vigência, prevista para a data da publicação da lei em que se converter o projeto.

A Proposição foi aprovada pelo Senado Federal, em 16 de dezembro de 2021, e recebida pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 861/21, daquela Casa.

Encontra-se apensado ao projeto original o PL nº 2.530/2020, de autoria do Deputado André Figueiredo, que modifica a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, para a inscrição, em razão do trabalho de







enfrentamento da Pandemia do COVID-19, da classe dos profissionais de saúde no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

A proposição está sujeita à apreciação do Plenário, tramitando em regime de prioridade. Foi distribuída à Comissão de Cultura, para análise de mérito, e para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

#### **II - VOTO DA RELATORA**

O Projeto de Lei nº 3.820, de 2021, pretende instituir o Livro dos Heróis e Heroínas da Pandemia de Covid-19, a ser depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. A Proposição prevê inscrição perpétua, no Livro, em homenagem a todos os profissionais de saúde que, com dedicação e heroísmo, atuaram no enfrentamento da covid-19 no Brasil.

O Projeto é de autoria da CPI da Pandemia, do Senado Federal – Comissão cujas revelações estarreceram a população brasileira, ao demonstrarem que milhares de vidas poderiam ter sido poupadas, caso as ações do governo Federal tivessem sido pautadas pelo conhecimento científico e pela urgência de proteger a vida, e não pela negligência e pelo negacionismo.

Em junho de 2022, pouco mais de dois anos desde declarada a pandemia, já tivemos mais de 31 milhões de casos confirmados de covid-19 e ultrapassamos as 667 mil vidas perdidas em nosso País, de acordo com Painel mantido pelo Ministério da Saúde.







Em situação de calamidade pública, o Brasil enfrentou o maior colapso sanitário e hospitalar da história sobre os ombros de muitos heróis. Conforme afirmou Maria Helena Machado (2020), pesquisadora da Fiocruz, "o Brasil tem dois patrimônios no âmbito da saúde: o SUS e os mais de 3 milhões e meio de profissionais de saúde que nele atuam".

Na linha de frente, em contato direto com a população e em constante exposição ao risco de contaminação, esses profissionais se dedicaram com heroísmo e foram capazes de evitar uma tragédia ainda maior. Muitas vezes enfrentando a falta de equipamentos básicos, a exaustão e o medo por si e por seus entes queridos, não deixaram de cumprir o dever do ofício, às vezes às custas das próprias vidas.

Em pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Burocracia da FGV-EAESP junto aos profissionais de saúde na linha de frente no Brasil<sup>1</sup>, apenas 27,4% dos respondentes alegaram ter recebido treinamento sobre os protocolos para enfrentar a pandemia e apenas a metade disse ter recebido EPIs de forma contínua.

Técnicos e auxiliares de enfermagem, enfermeiros, médicos, agentes comunitários de saúde e farmacêuticos estiveram sempre entre as categorias mais expostas e acometidas pelo coronavírus. O Conselho Nacional de Enfermagem (Cofen) mantém um painel de monitoramento que atualiza estes dados para a categoria, e até junho de 2022 foram registrados mais de 63 mil casos e 872 óbitos. No que tange à categoria médica, a estimativa divulgada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) é de 893 vidas perdidas até agora.

Como ressaltou o Senador Randolfe Rodrigues, a quem coube a relatoria da proposição em análise no Senado Federal, não fosse por todos os profissionais de saúde,

<sup>1</sup> Disponível em: <a href="https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/a-pandemia-de-covid-19-e-os-profissionais-de-saude-publica-no-brasil\_fase-4.pdf">https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/a-pandemia-de-covid-19-e-os-profissionais-de-saude-publica-no-brasil\_fase-4.pdf</a>







muito mais do que 600 mil pessoas teriam morrido em face das omissões do governo federal na desastrosa condução dada à pandemia, como se concluiu no relatório final da CPI, do qual se original o projeto em exame. A proposição representa o registro perpétuo do justo reconhecimento a todas essas pessoas, por seus relevantes serviços prestados à população brasileira.

Somos, portanto, favoráveis à instituição de um Livro dos Heróis e Heroínas da Pandemia de Covid-19, que conterá inscrição perpétua em homenagem a todos os profissionais de saúde que, com dedicação e heroísmo, atuaram no enfrentamento da pandemia de covid-19 em território brasileiro. Trata-se de uma justa homenagem a um exemplo de heroísmo que restará para sempre gravado na memória da Nação.

Apensado ao Projeto original, o PL nº 2.530, de 2020, determina a inscrição da classe dos profissionais de saúde no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Para isso, altera a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inscrição de nomes no referido Livro. De acordo com esse diploma legal, a distinção pode ser prestada mediante a edição de lei, decorridos 10 (dez) anos da morte ou da presunção de morte do homenageado, excetuada a necessidade de observância de prazo apenas no caso de homenagem aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha. O Projeto apensado pretende criar mais uma exceção à observância do prazo, qual seja, a morte em razão do trabalho de enfrentamento da pandemia de covid-19.

Ao fim, o objetivo de ambas as proposições sob análise é o mesmo: prestar homenagem perpétua aos profissionais de saúde que atuaram no enfrentamento da pandemia de covid-19. O apensado, no entanto, dedica especial atenção àqueles que morreram em decorrência desse trabalho. Optamos, por isso, pela apresentação de substitutivo em que contemplamos ambas as iniciativas, por meio de lei autônoma que institui o Livro dos Heróis e







Heroínas da Pandemia de Covid-19, contendo inscrição perpétua em homenagem a todos os profissionais de saúde que, com dedicação e heroísmo, atuaram no enfrentamento da pandemia de covid-19 em território brasileiro, e inscrição específica em homenagem aos profissionais de saúde que morreram em razão desse trabalho.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do PL nº 3.820, de 2021, e do apensado, PL nº 2.530, de 2020, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 28 de junho de 2022.

Deputada LÍDICE DA MATA Relatora







# **COMISSÃO DE CULTURA**

# SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.820, DE 2021

Apensado: PL nº 2.530/2020

Institui o Livro dos Heróis e Heroínas da Pandemia de Covid-19.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Livro dos Heróis e Heroínas da Pandemia de Covid-19, que será depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º O Livro conterá inscrição perpétua em homenagem a todos os profissionais de saúde que, com dedicação e heroísmo, atuaram no enfrentamento da pandemia de covid-19 em território brasileiro.

Parágrafo único. Haverá inscrição específica em homenagem aos profissionais de saúde que morreram em razão do trabalho de enfrentamento da pandemia de covid-19.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 28 de junho de 2022.

Deputada LÍDICE DA MATA Relatora



